

Do universal ao específico: entrelaçando gênero, raça e classe

Carta de Daniele Motta¹

Resumo: A presente carta dialoga com algumas ideias de Karl Marx e do marxismo para fazer alguns questionamentos referentes às perspectivas de gênero e de raça. A partir da experiência pessoal da autora, de uma leitura da formação social brasileira e de uma leitura terceiro-mundista, a argumentação traz esses questionamentos no intuito de contribuir para a formação de uma perspectiva analítica da imbricação de gênero, raça e classe que leve em consideração o método histórico de Marx e suas contribuições para a compreensão da sociedade capitalista. Dessa forma, a intenção da carta é levantar também aspectos das especificidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, com base em uma leitura interseccional constituída no âmbito das perspectivas metodológicas presentes na teoria feminista contemporânea e, com isso, traçar um diálogo com Marx, refletindo de que maneira suas contribuições ainda hoje são relevantes para a análise das relações sociais.

Palavras-chave: Raça; Gênero; Brasil.

¹ Doutora em Ciências Sociais, pesquisadora pós-doc em Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. E-mail: daniele_motta@hotmail.com

Campinas, 10 de setembro de 2018.

Caro Karl Marx,

É com enorme expectativa que te escrevo para compartilhar algumas das reflexões que tenho feito na tentativa de compreender a relação entre a diversidade humana e as construções das desigualdades sociais existentes no capitalismo contemporâneo. E não tenho dúvidas quanto à contribuição que você deu para tal debate, por isso dialogar contigo é uma honra. Quero debater um pouco a forma como suas teorias puderam ajudar na compreensão do capitalismo em meu país, e também trazer alguns questionamentos sobre a forma como devemos pensar a centralidade da classe social, tanto na teoria quanto na prática. Para tanto, trarei aqui a noção de interseccionalidade, pontuando a necessidade da articulação da exploração do trabalho com as relações de gênero e raça.

Primeiro, quero explicar-lhe de onde falo, o meu “Lugar de Fala” enquanto mulher, branca, lésbica e terceiromundista. Importante lhe explicar que lugar de fala é uma ideia que pode ser aproximada com o método proposto por você, sobre a impossibilidade da neutralidade do conhecimento científico. Entretanto a ideia de lugar de fala vai mais além, pois aponta de maneira mais profunda o lugar social em que todas as pessoas se situam a partir das oportunidades e experiências vividas. A ideia de lugar de fala surgiu a partir do desenvolvimento do feminismo negro e mais do que romper com a neutralidade acadêmica, é romper com o método que não permite entender a especificidade como formadora de relações sociais que explicam a dinâmica social, que se estrutura com a exploração do trabalho. Então, lugar de fala explicita inclusive os processos de resistência em que nós mulheres, dentro e fora do campo teórico, atuamos. Sou herdeira de uma geração de mulheres que questionou algumas leituras que não contemplavam a nossa vivência e as nossas especificidades. Todo o conhecimento

acadêmico disseminado na Europa foi muito importante para que pudéssemos entender as dinâmicas da sociedade, sobretudo o que você escreveu sobre as origens do capitalismo, as contradições desse sistema e a exploração implícita na relação capital-trabalho.

À luz das teorias disseminadas por você, fui em busca de leis universais que pudessem ajudar a compreender nossas questões sociais. Entretanto, percebi que proceder a partir de uma lei universal, sem olhar as especificidades, as particularidades da formação do capitalismo brasileiro (e latino americano) é estar cega para o entendimento da realidade que vivo. Por isso, faço parte de uma geração de pesquisadoras feministas terceiomundistas que não pensa só a descolonização dos nossos países, mas a descolonização do pensamento e da teoria social, sendo que afirmamos hoje que a epistemologia universal desconsidera os saberes populares (Ribeiro, 2017). Por isso, Marx, ainda que considere a sua teoria universal para o entendimento das práticas capitalistas, ela não é universal a ponto de explicar a forma como o capitalismo se apropriou de desigualdades preexistentes (anteriores ao modo de produção capitalista) e as tornaram funcionais ao aumento de sua produtividade e lucratividade.

Não parto do suposto de que você pretendeu explicar tudo, até porque a prerrogativa do seu método materialista histórico pressupõe olhar a dinamicidade da história, o que muitos leitores da sua obra no meu tempo parecem não fazer.

Além disso, quero ressaltar que se a história de todas as sociedades que já existiram é a história de luta de classes, e o processo de transformação dessa sociedade desigual cindida em classes depende da tomada de consciência de classe, é importante que as pessoas se reconheçam nessa luta, não? Por isso, é importante nos questionarmos: quem é essa classe? A ideia de que a consciência do grupo (noção sobre si enquanto indivíduo e coletividade) está ligada somente à posição ocupada na esfera econômica é muito simplista e perde de vista a complexidade humana. Se a classe revolucionária tem uma materialidade, é fundamental entendermos que ela porta

um corpo que está situado numa sociedade em que os signos também atuam para estigmatizar e excluir (adiante quero explicar essa ideia a partir da compreensão da formação da sociedade brasileira).

Quero lhe dizer que a minha experiência pessoal é parte importante dessa reflexão. Pensar as relações no mundo capitalista a partir das leituras elaboradas por você, sobre modo de produção capitalista e exploração do trabalho sempre fez muito sentido nas análises. Entretanto, para pensar a atuação revolucionária de sujeitas(os) é importante que as pessoas se vejam, se reconheçam nelas, de forma a participar da sociedade, não como um apêndice ou um sujeito menos importante. Se as identidades são hierarquizadas para pensar as lutas para a transformação social como é possível entender e multiplicidade das sujeitas(os)? Como mulher lésbica, fui historicamente negligenciada das lutas sociais como sujeita coletiva, como uma identidade menos importante e por isso invisibilizada. E penso que a formação de um sujeito coletivo é fundamental na compreensão da multiplicidade da formação das pessoas no mundo capitalista e as possibilidades de associação, tendo em vista que pretendemos mudá-lo.

E Marx, a história nos mostrou que, diferente do que colocou no *Manifesto Comunista*,

Quanto menos habilidade e força física venham requerer o trabalho manual, isto é, quanto mais se desenvolve a indústria, tanto mais o trabalho dos homens é substituído pelo das mulheres. Diferenças de idade e de sexo não têm mais validade distintiva social para a classe trabalhadora. São todos instrumentos de trabalho, mais ou menos caros, para serem usados de acordo com sua idade e sexo (MARX & ENGELS, 2006, p. 21).

As diferenças de idade e de sexo interferem sim. Assim como outras diferenças sociais, que entrelaçadas com as desigualdades de classe formam um nó difícil de ser desatado nas práticas sociais. Chego agora no ponto em que gostaria de dialogar com sua teoria.

Como sujeita historicamente apagada da história, herdeira de outras companheiras também silenciadas, tenho insistido na ideia da intersecção das relações de classe, raça e gênero. Antes de te explicar o que penso sobre as intersecções, tema bastante discutido nos últimos anos, quero dar um passo atrás e explicar-lhe o que entendo ser fundamental para desvendar as desigualdades sociais, e com isso desatar os nós presentes nas relações sociais de exploração capitalista. Faço recurso a uma teórica chamada Avtar Brah para apresentar-lhe a concepção de desigualdade na diferença, justamente para tentar amarrar as hierarquias sociais (que são de diferentes naturezas, inclusive se modificam no tempo e no espaço) com a exploração capitalista. Para ela “Estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela” (BRAH, 2006, p. 351). Tais variáveis têm origens diferentes e se articulam de maneiras específicas a partir das condições históricas, e por isso, a autora nos ajuda a entender como a diferença se origina nos diferentes contextos sociais, e afirma que essas não são sempre um marcador de hierarquia e opressão. O importante é compreender o movimento histórico que permite desvendar como alguns aspectos das diferenças existentes entre as pessoas (que podem estar inscritas no campo do natural, como o sexo, a cor da pele, os desejos, o corpo de uma maneira geral) se transformaram em desigualdades sociais (assim, a cor da pele fundamenta uma posição social, o sexo uma condição feminina subalterna etc.). Dessa forma, parto da ideia de que os processos de diferenciação provocados pela ação humana ao longo da história determinaram desigualdades e exclusões, originando discriminações de identidades que tiveram (e ainda têm) efeitos nos processos políticos, econômicos, culturais e sociais.

Estudar, conhecer e viver em um país periférico me permite afirmar que a nossa história é também a história da imposição de um ideal branco, europeu e masculino. Entretanto, este ideal imposto conviveu com diferentes formas culturais a partir da intensa diversidade

de povos que aqui interagiram. O povo brasileiro é conhecido pela sua diversidade, pela mistura dos povos brancos, negros e indígenas. Para ser justa nessa reflexão e não corroborar teses conservadoras sobre meu país é importante colocar que esse encontro foi feito através da violência, da estigmatização e da extrema espoliação. Formamo-nos, dessa forma, como um povo misturado, com uma diversidade de costumes, hábitos, religiões, práticas, culturais. Essa diversidade, no entanto, também envolve hierarquização, poder, exploração e violência. Para entender a particularidade do processo brasileiro, foi necessário olhar para a nossa própria história e perceber as especificidades da formação das classes numa sociedade com uma forte herança colonial e escravista, tendo também o patriarcado e a opressão das mulheres como um dos pilares. Por isso, defendo a ideia de que a desigualdade de classes foi reciclada e reforçada pelas desigualdades raciais e de gênero.

Marx imagine o que é viver em um país onde mais da metade da população é negra (herdeira do povo africano que foi arrancado de sua terra e obrigados a trabalhar nas plantações) e ainda assim lidar com um imaginário extremamente racista? Como posso desvendar o regime de classes, e entender o padrão de luta de classes se não levar em consideração a herança do antigo regime que vivemos no Brasil? Se a história da humanidade é a história da luta de classes, quem são as pessoas que formam as classes?

O processo de transformação da mão-de-obra escravizada em assalariada aconteceu no Brasil a partir do final do século XIX. Mas, mesmo com a abolição da escravidão não houve nenhuma política de compensação e inserção da população negra nas possibilidades de emprego que se abriram. Não houve reparação histórica. Por isso, a formação da sociedade de classes no Brasil é também a marginalização de grande parte da população brasileira e a naturalização de uma situação de subemprego e precariedade que envolve a permanência do estigma com a questão racial. Dessa forma, como é possível pensarmos a luta de classes sem a presença de negros e mulheres? Como analisar uma sociedade de classes fortemente marcada pelo racismo?

Ao longo dos anos avançamos na conceituação do que seria a luta de classes. E se sua obra foi fundamental para desvendarmos os aspectos sociais da exploração de classe e, dessa forma, retirar os diferentes lugares sociais ocupados da ideia de natureza, do destino imposto por Deus; também caminhamos no mesmo sentido com as ideias de gênero, raça e sexualidade. Compreendemos como alguns aspectos da vivência humana foram construídos social e culturalmente, e assumiram status de desigualdade. Nesse sentido, entendo que a argumentação de Thompson aprofunda a ideia de luta de classes quando entende que “no curso real das análises históricas ou sociológicas (bem como políticas), é de grande importância lembrar que os fenômenos sociais e culturais não correm atrás dos econômicos após longa demora; estão, na sua origem, imersos no mesmo nexos relacional” (THOMPSON, 2001, p. 167). Sua teoria foi base fundamental para tal avanço e questionamento, e partindo de sua ideia sobre a remuneração do trabalho, onde defende que:

A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal. As próprias necessidades naturais, como alimentação, roupa, aquecimento, moradia etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, o âmbito das assim chamadas necessidades básicas, assim como o modo de sua satisfação, é ele mesmo um produto histórico e depende, por isso, grandemente do nível cultural de um país, entre outras coisas também essencialmente sob que condições, e, portanto, com que hábitos e aspirações de vida, se constituiu a classe dos trabalhadores livres. Em antítese a outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, **um elemento histórico e moral** (MARX, 1985, p. 141; grifo meu).

Devemos perceber a importância que séculos de escravidão têm para pensar as relações de trabalho, porque consolidou historicamente uma moralidade conveniente à extrema exploração do trabalho. As

relações escravistas criaram um padrão de vida tradicionalmente precário, com uma baixa remuneração do trabalho, sobretudo para a população negra.

Do ponto de vista das classes dominantes, esse padrão de vida (com base na extrema pobreza e desigualdade) é importante para que, rebaixando o nível de vida do(a) trabalhador(a) brasileiro(a) possam aumentar seus excedentes econômicos. É por isso que, da análise da classe na perspectiva da sua relação com o trabalho é fundamental perceber outros nexos explicativos, pois “a força de trabalho que se vende é indissociável do corpo que a porta, e as suas formas de apropriação e exploração estão definidas não só pelas relações de classe como também de ‘raça’ e de gênero” (ÁVILA, 2011, p. 65). Mais adiante pretendo discutir a questão das mulheres com você, mas antes quero concluir o debate sobre a especificidade da luta de classes no Brasil, tendo em vista que o desenvolvimento histórico social culminou em organizações das classes trabalhadoras que não envolveram somente o aspecto produtivo, o trabalho nas fábricas, mas a luta no combate a ausência de condições mínimas de reprodução. No final da década de 1970 movimentos com características distintas das formas de organização conhecidas no país. Nesse período fez-se o questionamento de como grupos de agentes sociais foram se constituindo enquanto sujeitos políticos coletivos, na medida em que se organizavam em grupos de ação e movimentos sociais. Foi um período em que atores sociais começaram a ocupar os espaços públicos com uma nova forma de prática e organização social, introduzindo uma nova cultura política (Warren, 2006; Gohn, 2007). Dessa forma, contesta-se as explicações das lutas das classes somente a partir da estrutura econômica, pois os movimentos sociais mostraram que as lutas travadas não se restringiam a esfera da produção e das condições de trabalho, traziam também demandas a partir da vivência das carências diárias e comuns; como a necessidade de moradias, escolas, creches, postos de saúde, e do reconhecimento das diferentes identidades – destacamos aqui as questões raciais e de gênero. Dessa forma, as

análises sobre os trabalhadores passam a enfatizar suas práticas e não mais o lugar ocupado na estrutura: “quem pretende captar a dinâmica dos Movimentos Sociais explicando-os pelas condições objetivas que os envolvem e poupando-se de uma análise específica de seus imaginários próprios irá perder aquilo que os singulariza” (SADER, 1995, p. 42).

Por isso insisto na ideia de que é fundamental considerar para a análise tanto as esferas materiais e simbólicas, objetivas e subjetivas. Esse período explicitou, através das reivindicações dos Novos Movimentos Sociais (NMS), que muitas demandas básicas de reconhecimento, de identidade e de direitos sociais mínimos ainda não eram atendidas (muitas não são até hoje). Para mim, isso não significa que o lugar do conflito mudou a sua centralidade do espaço produtivo para os espaços culturais, mas explicita que todas as relações sociais são conflituosas e que os processos de diferenciação criaram desigualdades sociais que para serem combatidas necessitam de uma articulação dos nexos econômicos, políticos, culturais, morais e simbólicos.

Isso não justifica tirar a classe da análise, como muitos teóricos engajados com a conservação dessa ordem pretendem, mas articulá-la com outras relações sem hierarquizá-las. Existe uma multiplicidade de espaços onde a classe se faz, e os(as) trabalhadores(as) têm múltiplas dimensões, assim como suas formas de expressão política.

Essa visão complexifica a análise e traz uma materialidade para a classe, traz um corpo para os indivíduos que a forma. Nesse sentido, acredito que houve um avanço importante para explicar que as desigualdades sociais não estão ancoradas somente na posição ocupada pelos indivíduos no processo produtivo, existem outros nexos que interferem nas posições que as pessoas ocupam na sociedade capitalista, e só é possível fazer isso quando trazemos o particular, o contexto da formação social de cada país para a análise da luta de classes.

Para avançar no questionamento que quero fazer com você, vou trazer mais um elemento das descobertas que muitos chamam de “área das perfumarias”. Na minha opinião, os debates que os estudos feministas trouxeram qualificaram e aprofundaram seu debate sobre a exploração do trabalho. Para entender o lugar que as mulheres ocupam, as feministas francesas avançaram na ideia de trabalho, trazendo uma nova perspectiva da relação entre a esfera produtiva e reprodutiva, explicitando a partir da divisão sexual do trabalho a necessidade de revisão da teoria do trabalho no capitalismo. Elas fizeram transparecer uma esfera que foi historicamente invisibilizada nas análises: o trabalho doméstico e situaram a importância do trabalho realizado pelas mulheres (de forma gratuita, invisibilizada e desvalorizada) para a continuidade de uma sociedade fundada na exploração.

A partir da divisão sexual do trabalho, explicitou-se que o tempo do assalariamento é condicionado pelo tempo do trabalho doméstico, colocando a necessidade de “tratar a produção do viver não como um efeito secundário da valorização do capital, ou como pura satisfação de necessidades vitais, mas como um questionamento social que permite estabelecer uma ponte entre as diferentes esferas da sociedade” (HIRATA e ZARIFIAN, 2003, p. 69).

Por isso Marx, quando você e Engels dizem que:

O burguês vê em sua esposa um mero instrumento de produção. Ele ouve que os instrumentos de produção devem ser explorados em comum e, naturalmente, só pode chegar à conclusão de que o quinhão de ser comum também chegará às mulheres. Ele nem suspeita de que o verdadeiro ponto a ser mirado é acabar com a condição de que as mulheres são meros instrumentos de produção (2006, p. 39).

Ainda que pontuem a presença da mulher no modo de produção, falta perceberem que a mulher não é tão somente um instrumento de produção. Nós mulheres, como instrumentos de produção somos exploradas, mas também somos um instrumento de apropriação.

Existem diferentes formas dessa apropriação que vão além do trabalho, como por exemplo o confinamento no espaço, quando há uma pressão para que fiquemos em casa para cuidar da prole, ou mesmo a pressão de que se sairmos sozinhas nas ruas seremos violadas; a demonstração de força a partir do uso sistemático da violência para disciplinarização, sobretudo as mulheres com comportamentos que desviam das normas estabelecidas; a coação sexual; a legislação que nos impede o direito às decisões sobre nosso próprio corpo. A diferença principal entre apropriação e exploração é que na apropriação está sendo apropriada a pessoa inteira e não somente a sua força de trabalho, colocando uma dificuldade de medir tal apropriação. Dessa forma, enquanto mulheres estamos sujeitas a um outro patamar de espoliação que se não for compreendido e articulado com a exploração de classe obscurece o entendimento das relações sociais.

E às vezes é difícil enxergar a apropriação porque ela têm um véu da invisibilidade, pois são funções que estão naturalizadas no cotidiano e na mente das mulheres e dos homens, sendo difícil, portanto, medir essa dimensão. Por isso penso que é possível que qualifiquemos o capitalismo como um sistema racista e patriarcal para entendermos como os nós são atados nas relações sociais no mundo contemporâneo.

Considero, portanto, raça e gênero como variáveis fundamentais pra a explicação das desigualdades sociais e acredito que a articulação de gênero, raça e classe pode permitir o entendimento dos processos sociais de forma mais complexa e completa. É preciso pensar o processo de consolidação do modo de produção capitalista industrial na especificidade no contexto, de cada formação, considerando seus agentes envolvidos nos processos de transformações, bem como suas particularidades.

Isso posto coloco uma questão: existe luta de classes sem mulheres? Existe luta de classes sem a população negra? As classes apagam as múltiplas identidades dos(as) sujeitos(as)? Compartilho com a ideia de Djamila Ribeiro para quem “o colonialismo além de criar, deslegitima ou legitima certas identidades; são resultantes de

uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimento de outros” (2017, p. 31).

Ainda que as diferenças estejam inscritas em todas as relações sociais, pois não existem pessoas perfeitamente iguais, acredito que é importante entender quando uma diferença resulta em hierarquização, exploração e exclusão. É possível fazer uma avaliação histórica ou individual das diferenças e entendermos em que contexto uma diferença dá origem a uma desigualdade e refletirmos como a exploração capitalista se apropria dessas hierarquias, incorporando-as no cálculo capitalista. Se partirmos do pressuposto de que a diferença constitui a base para a construção do poder (SAFFIOTI, 1992), saber sua origem histórica permite pensarmos as hierarquias sociais e as desigualdades nelas presentes. A desigualdade na diversidade surge a partir da ideia negativa e estigmatizada da diferença, do “outro”. E essa ideia fundamentou muitas das sociedades colonizadas, tendo em vista o processo de escravização que aconteceu durante séculos por aqui. A estigmatização do outro foi um dos pilares do desenvolvimento do capitalismo de muitas nações terceiromundistas. Por isso viver em um país como o Brasil, me colocou diante de tais questões para o entendimento do que seria a luta de classes por aqui.

Isso posto quero trazer um questionamento sobre o sujeito revolucionário a partir da história do Brasil. A articulação de gênero e raça, com o conceito de classe traz novas noções sobre os/as sujeitos/as, pois permite a compreensão da formação das pessoas a partir de múltiplos olhares, permitindo ver aspectos que constroem os/as trabalhadores/as que não deveriam ser ignoradas.

Feita essa elucidação histórica quero apresentar-lhe uma nova perspectiva de leitura sobre a sociedade capitalista a partir de uma noção que não hierarquiza as relações sociais, mas as articula. Entendendo, a partir do contexto que te apresentei, como gênero e raça são formadores de desigualdades assim como a classe, devem ser analisados de forma articulada. Isso implica em dar novos passos no caminho teórico crítico aberto por você: entender os símbolos

que conservam as desigualdades, e entender que não só a partir das análises dos meios de produção se está a materialidade das relações. Olhar para esse caminho é fundamental para avançar nas estratégias políticas de transformação. Existem ao menos três conceituações diferentes sobre a perspectiva de imbricação: a interseccionalidade, a consubstancialidade e o nó. Não quero aqui entrar nos pormenores de cada formulação, pois ainda estamos em um momento de consolidação das perspectivas e do entendimento das particularidades de cada local para pensar as relações sociais de forma entrelaçadas. Essa proposta teórico/analítica surgiu no final da década de 1980 como resultado de anos de estudos sobre a condição das mulheres, e das mulheres negras especificamente, e também como resposta a anos de silenciamento das visões subalternizadas.

Como já lhe disse no início dessa carta, a perspectiva da articulação explícita o “lugar de fala” subalternizado e silenciado e põe o dedo na ferida das explicações eurocêntricas que não explicavam muitas das relações desiguais vividas nos países de terceiro mundo, que desvalorizavam os saberes ancestrais dos povos originários, a partir da colonização das nossas vidas, corpos e mentes. Partiu das mulheres negras uma contundente crítica pelo fato de que mesmo nas análises específicas sobre as mulheres não se levava em consideração as diferenças raciais. As ativistas afrodescendentes norte-americanas do grupo *Combahee River Collective*², foram pioneiras ao pautarem a questão da imbricação das relações de raça, classe, sexo como elemento político importante (FALQUET, 2008). Surgiu a necessidade de uma visão que articulasse as opressões, que resultou no questionamento da origem das diferenças e suas relações com a desigualdade, ou, em outros termos das “diferenças que fazem diferença”. A *Interseccionalidade* permite uma leitura das relações sociais a partir das múltiplas diferenças, que

² O Coletivo *River Combahee* foi uma organização de mulheres negras lésbicas, que problematizou a questão da universalidade das teorias sobre as mulheres e pautou a questão da imbricação entre as diferentes relações sociais pensando na heterogeneidade das mulheres.

são analisadas como hierarquia e opressão a depender do contexto em que estão situadas.

A ideia comum a todas elas é a de não hierarquização. Ou seja, não dá para trabalhar com a classe como a principal categoria explicativa e derivar dela as explicações sobre as explorações e desigualdades sociais. Assim, abriu-se para uma leitura onde classe, raça e gênero são lidas como relações sociais estruturantes, atentando para a importância dos nexos econômicos, políticos, morais e culturais.

Uma reflexão sobre a classe social que não leva em conta as relações de gênero e de raça, não é suficiente para responder sobre a formação da classe trabalhadora, visto que esta é composta por homens e mulheres; brancas(os) e negras(os). Dessa forma, não compartilho com a ideia de que a classe social explica ou determina as demais relações sociais, nem que o elemento econômico deva ser principal via de análise e explicação da realidade. Essa visão me permitiu perceber a articulação das classes sociais com outras dinâmicas de diferenciação social (gênero e raça) que estão contextualizadas em relações de exploração\opressão culturalmente construídas que também geram processos de desigualdades e espoliação.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Sou herdeira dessa leitura que não dissocia as diferentes opressões, mas as percebe em simultaneidade. Do ponto de vista político essa leitura percebe a necessidade da solidariedade entre as lutas sociais, já que o capital se apropria das inúmeras diferenças para aprofundar a exploração e as desigualdades e dividir os esforços da

transformação social. Por isso entendo que essa perspectiva é um avanço não só analítico, mas também político. Enquanto Socióloga militante interessa para mim entender como as pessoas não só pensam a hierarquia mas como elas a vivenciam, as percebem e elaboram as noções sobre si mesmas para a manutenção ou conservação dessas. O surgimento de inúmeros movimentos e reivindicações a partir das identidades historicamente subalternizadas trouxe a tona o machismo, o racismo e a homofobia de muitos setores da esquerda.

A experiência brasileira é um dos exemplos que demonstra o desenvolvimento desigual do capitalismo. Aqui no meu país posso dizer que muitos aspectos da herança colonial e escravista não foram superados, ainda sobrevivem nas formas de exploração e manutenção da precariedade vivida pelo povo brasileiro.

Reconhecer a existência da desigualdade nas diferentes relações sociais nos leva à busca das origens de cada opressão. Esse movimento possibilita a descoberta dos fundamentos materiais que sustentam as desigualdades, resgatar os interesses comuns nas diferentes causas políticas que dê suporte para uma ação conjunta revolucionária.

Estamos passando por mais uma crise do capital que já dura ao menos uma década. Parece que mais uma vez não conseguimos fazer frente ao poder do capital e nos organizar para combatê-lo. A consequência dessa crise na periferia do sistema é apavorante: pobreza, marginalização, desemprego, precariedade, violência. Não me resta dúvida de que ao menos avançamos na cultura política de meu país ainda que não tenhamos superado nossa condição dependente e periférica. Não me interessa aqui procurar os responsáveis por nossa falta de unidade e estratégia revolucionária. A mim não resta dúvida de que, olhando para meu povo e meu país, aliar a luta contra a exploração do trabalho com as lutas antidiscriminatórias, seja racista, machista, homofóbica tem um forte fermento revolucionário, capaz de modificar toda a construção material do viver.

Essas são as análises que faço lendo sua obra hoje, e não tenho dúvida de que o conhecimento de seu método e de sua teoria como um

todo foi fundamental para que avançássemos em tais formulações. Por isso lhe agradeço por tudo que escreveu e pesquisou. Sigamos na luta!

Um abraço cordial,

Daniele

Referências bibliográficas

- ÁVILA, Maria Betânia. As mulheres no mundo do trabalho e a relação corpo e sujeito. *Cadernos de Crítica Feminista*, n. 4, ano V, p. 48-71, dez. 2011.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, jan/jun de 2006.
- CRENSHAW, Kimberle. Documentos para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 10, 2002.
- FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. *Mediações*, Londrina, v.13, n.1-2, p. 121-142, 2008.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- GUILLAUMIN, Colette. Práctica del poder e idea de Naturaleza. In: CURIEL, Ochy e FALQUET, Jules (orgs.) *El patriarcado al desnudo. Tres feministas materialistas: Colette Guillaumin - Paola Tabet - Nicole Claude Mathieu*. Buenos Aires: Brecha Lesbica, 2005.
- HIRATA, Helena e ZARIFIAN, Philippe. O conceito de Trabalho. In: Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: desafios para as Políticas Públicas. EMÍLIO, Marli (org.). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Vol. I tomos I e II: O processo de produção do capital. São Paulo: Nova cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).

MARX, K.; ENGELS, Engels. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; Justicando, 2017. (Feminismos Plurais).

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth; BONGIOVANI, Iara. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINNI, C. (Orgs), *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Ventos; Fundação Carlos Chagas, 1992.

THOMPSON, Edward P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. *E. P. Thompson*. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). Campinas, SP: Unicamp, 2001.

WARREN, Ilse Scherer. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. In: *Sociedade e Estado*. Vol.21,n. 1,Brasília, Jan./Abr.2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007.